

Agência substituirá trabalhos da Sunab

RAUL PILATI

BRASÍLIA — O governo enfrenta dificuldades para aplicar a Lei de Defesa da Concorrência (lei antitruste) contra oligopólios e cartéis. Há órgãos oficiais desestruturados e os instrumentos de acompanhamento de preços e de fiscalização são ineficientes.

Para resolver o problema, pensa-se na criação de uma Agência Nacional para Defesa da Concorrência. Sua incumbência será recuperar instrumentos e mecanismos encarregados do acompanhamento e fiscalização, tornados ineficientes pelos últimos governos. Essa deficiência ficou evidente há pouco quando o Ministério da Fazenda solicitou abertura de processo contra 47

indústrias farmacêuticas acusadas de aumento arbitrário na margem de lucro. O problema: a lei não diz o que é aumento arbitrário e o que é normal, e o processo teve de voltar atrás.

Poucos fiscais — Na fiscalização da indústria de alimentos, agora anunciada por Itamar Franco, o governo enfrentará dificuldades para comprovar suspeitas de abuso. Hoje, só a Sunab registra as variações de preços e identifica os abusos contra a legislação. A superintendência, que antes trabalhava com o extinto Departamento de Abastecimento e Preços (DAP), vive situação pré-falimentar, admitem seus funcionários. Dos 1.350 funcionários, apenas 423 são fiscais: